

EDUCAÇÃO DEPENDENTE: A RELAÇÃO ENTRE DIREITO E MERCADORIA A PARTIR DA ESSÊNCIA DO ESTADO

Naara Queiroz de Melo (UFCG/PPGE)

Melânia Mendonça Rodrigues (UFCG/PPGE)

Introdução

O presente trabalho é parte de uma pesquisa em andamento para uma dissertação de mestrado e tem o objetivo de analisar de que forma os princípios do Estado capitalista determinam a atual situação da educação no Brasil. Na perspectiva do materialismo histórico-dialético, com base em autores como Carnoy (1988) e Chauí (2000) foi realizado um estudo acerca da origem e da maturação do Estado do ponto de vista da supervalorização da propriedade privada. Nessa perspectiva, a partir das contribuições de Fernandes (1972) e Coutinho (1989), foram analisadas as raízes do Estado brasileiro e a relação da educação com o caráter dependente do capitalismo no Brasil. A partir dos conceitos de Estado ampliado de Gramsci (2014), como também do Estado como uma condensação de relações de forças de Poulantzas (2015), foi feita uma reflexão sobre a relação entre Estado e mercado na tentativa de compreender o lugar da educação entre o direito e a mercadoria.

Metodologia

O presente texto é resultado de uma pesquisa bibliográfica e análise sob o método do materialismo histórico-dialético. O referencial teórico traz como principais autores Karl Marx (2013) com a teoria do valor, na perspectiva de elucidar a discussão da educação como mercadoria e Antonio Gramsci (2014) com o conceito de Estado ampliado, contribuindo para a compreensão da relação entre o aparelho de Estado e o mercado e sua relação com a educação.

Resultados e discussão

A fundamentação teórica do Estado liberal teve contribuições fundamentais, a princípio, com os pensamentos de Locke e Hobbes (Século XVII) e Rousseau (Século XVIII), que, grosso modo, caracterizaram a passagem do direito natural ao direito civil, na teoria do contrato social (CHAUÍ, 2010). O princípio do Estado burguês é a garantia e permanência do direito à propriedade privada e, portanto, o atendimento aos interesses da burguesia diante da conformação social conquistada por coerção e consenso. No livro quarto da obra “A Riqueza das Nações”, Adam Smith, embora admita que a propriedade privada e a acumulação de bens geram a desigualdade social, justifica a necessidade da existência de leis que protejam essa propriedade. Os argumentos justificadores do direito à propriedade privada, na perspectiva burguesa, carregam uma concepção de homem e de sociedade que nega as diferentes

condições materiais de cada um, negando também a historicidade e induzindo à naturalização e aceitação da própria condição de vida (CARNOY, 1988). A partir da primazia pela propriedade privada, Marx elabora o conceito de Estado como defensor exclusivo dos interesses burgueses, porém, com a maturação do capitalismo, a relação entre o aparelho de Estado e o mercado ganhou outros contornos que permitiram que Gramsci (2014) compreendesse o Estado como algo mais amplo, que une estrutura e superestrutura e que mantém a hegemonia burguesa dominando a classe subalterna por coerção e consenso; assim como Poulantzas (2015) define o Estado como uma relação de condensação de forças, não mais compreendido como mero instrumento de dominação, mas como um espaço privilegiado de disputas. Estas concepções permite desmistificar não só a compreensão do Estado como mero defensor da burguesia, como também a do Estado como exclusivo garantidor de direitos à população, como faz parecer a ideologia contida na democracia burguesa. No contexto brasileiro, o Estado assenta suas bases na dominação externa, caracterizando um “capitalismo dependente”, como conceituou Florestan Fernandes (1972), revelando os alicerces da dominação hegemônica na América Latina e os entraves para a superação dessa dominação, sobretudo, pela via revolucionária. Desde a colonização, as relações de produção que vigoraram no país foram dependentes, caracterizando-o como uma economia satélite, sendo gerida e refletindo os comandos das economias centrais. Porém, analisando de forma dialética, Fernandes tanto expõe os efeitos da dependência externa enquanto entraves para um desenvolvimento autônomo - mesmo se tratando de uma autonomia relativa - nos países periféricos, conforme as bases de um modo de produção que reproduz e estimula desigualdades (o capitalismo), como também ressalta o caráter essencial dessa condição para a consolidação do capitalismo na Europa, o qual não teria se estabelecido se não fossem as formas de produção e expropriação implementadas na América Latina (FEITOSA, 2006), destacando ainda que, a maturação do capitalismo no Brasil, em certa medida trouxe desenvolvimento e modernização do modo de produção, porém, nos moldes do desenvolvimento desigual e combinado (TROTSKY, 1929) e trazendo a marca do enorme vão que separa as classes sociais. Cabe ainda ressaltar que o capitalismo dependente não é somente constituído da dominação externa. O Brasil carrega um exemplo de modo de produção que combinou a dominação externa e interna, tendo em sua elite uma reprodutora das relações de expropriação do trabalho de setores destituídos da população, funcionando como auxiliar na acumulação do capital das economias centrais, em todas as formas de dominação vivenciadas. Ainda assim, o autor identifica, no processo de constituição do Estado Nacional, no contexto da Independência, uma Revolução Burguesa no Brasil, com

características particulares de um país periférico, que não vivenciou a mesma história dos países europeus, mas que, de certa forma, buscou constituir um mercado em escala nacional, ainda que com resquícios do conservadorismo deixado pelo período colonial. Segundo Coutinho (1989), o Brasil experimentou um processo de modernização capitalista sem que fosse necessária uma revolução democrático-burguesa ou de libertação nacional, “ao contrário do que supunha a tradição marxista-leninista” (COUTINHO, 1989, p. 120). Além disso, o autor afirma que o latifúndio pré-capitalista e a dependência em face do imperialismo não se revelaram obstáculos ao desenvolvimento capitalista do país. A modernização da produção aconteceu gradualmente e “pelo alto”, pois, por um lado, houve a transformação da grande propriedade latifundiária em grande empresa capitalista agrária e, por outro, “com a internacionalização do mercado interno, a participação do capital estrangeiro contribuiu para reforçar a conversão do Brasil em país industrial moderno” (COUTINHO, 1989, p. 121). Ambos os processos foram conduzidos pela ação do Estado, ao invés de contar com a participação de movimentos populares. Ou seja, foi resultado da ação de uma burguesia conservadora, de acordos feitos entre frações de classes economicamente dominantes, que excluiu a participação popular e utilizou os aparelhos repressivos e de intervenção econômica do Estado, no lugar de uma burguesia revolucionária que contasse com o apoio das massas camponesas e dos trabalhadores urbanos. Segundo Coutinho (1989), toda tentativa de revolução no Brasil ocorreram “pelo alto”, na perspectiva gramsciana da “revolução passiva”, que em dados momentos absorve algumas reivindicações da classe subalterna e promove mudanças pontuais como estratégia de consenso, ainda que apresente um caráter repressivo e marginalize os trabalhadores na tomada das decisões. Esse retrospecto traz um Estado que tem suas origens nos interesses da burguesia e tem como principal característica a proteção e supervalorização da propriedade privada. É nesse sentido que a educação, como parte desse todo, é colocada simultaneamente como direito e mercadoria. Desde a colonização a educação no Brasil esteve entre a esfera pública e a esfera privada (SAVIANI, 2005), percorreu o caminho do direito social e na fase atual do capitalismo se encontra imersa na lógica da mercantilização. Inúmeras são as formas de privatização (ADRIÃO et al., 2015), seja com os contratos de “parcerias” público-privadas, inserção do grande empresariado ditando as políticas educacionais, a adoção da lógica mercadológica na gestão da educação pública, seja com o incentivo dos governos ao crescimento do mercado educacional no momento em que nega o direito à educação quando não oferece vagas suficientes na rede pública.

Considerações Finais

Como afirmado na introdução deste trabalho, a pesquisa encontra-se em andamento, mas o estudo teórico possibilita compreender que a atual situação de dependência e de mercantilização da educação no Brasil é resultado de uma construção histórica pela qual passou o Estado capitalista, que mantém em sua essência o princípio burguês de supervalorização da propriedade privada e naturalização das desigualdades. Segundo Marx (2013), o fenômeno do fetichismo pela mercadoria promove a alienação das relações de produção, não permitindo aos sujeitos envolvidos perceberem que as relações sociais são determinadas a partir da produção das mercadorias, gerando o que o autor chama de reificação das relações sociais. Dessa forma, por coerção e consenso, a educação, que chegou à condição de direito social, também é apresentada como mercadoria e utilizada como instrumento de dominação.

Referências

ADRIÃO, T. et al. *Sistemas de ensino privados na educação pública brasileira: consequências da mercantilização para o direito à educação*. Relatório de pesquisa. São Paulo: Ação Educativa, 2015.

CARNOY, Martin. *Estado e teoria política*. Campinas: Papirus, 1988.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Editora Ática, 2000.

COUTINHO, C. N. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

_____. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2014. v.3.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política. Livro 1: o processo de produção do capital*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, O Poder, O Socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

SAVIANI, D. O público e o privado na história da educação brasileira. In: LOMBARDI, J. C.; JACOMELI, M. R. M.; SILVA, T. M. T. (orgs.). *O público e o privado na história da educação brasileira: concepções e práticas*. Campinas: Autores Associados, 2005.

SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações*. São Paulo: Editora Saraiva, 1996.

TROTSKY, L. *A Revolução Permanente*. São Paulo: Expressão Popular, 1929.